

Especialista contraria Dilma e defende mudanças na indústria de petróleo

As exigências de conteúdo local —que estabelece um percentual mínimo de contratação na indústria brasileira— impostas às empresas de petróleo deveriam ser revistas. Em vez de punição pelo não cumprimento das regras, menos tributos para as companhias que contratam no país. A avaliação é de Bob Fryklund, estrategista do segmento de exploração e produção da IHS, consultoria norte-americana especializada em energia. A revisão das regras é defendida pelo ministro Eduardo Braga (Minas e Energia) e pela diretora-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo), Magda Chambriard. Mas a presidente Dilma Rousseff afirmou neste mês que elas não serão alteradas. Para Fryklund, é um erro. Dilma defende a atual política de conteúdo local para evitar a "maldição do petróleo", em que a riqueza gerada pela indústria petrolífera resulta em enriquecimento de um setor e empobrecimento do resto do país. Atualmente, as empresas com projetos de exploração e produção de petróleo, ao adquirirem área em leilão, comprometem-se com percentuais mínimos de contratação na indústria nacional, mas encontram dificuldades em atender os percentuais de nacionalização dos projetos. "Qualquer empresa em qualquer país quer contratar o máximo internamente. Mas talvez se deva rever o modelo. Em vez de penalizar empresas que não atinjam as metas, recompensar as que conseguem, talvez com menos impostos", disse ele, em entrevista à Folha durante a OTC, a mais importante feira do setor de petróleo. O especialista também afirma que as investigações da operação Lava Jato não alteram o investimento de empresas estrangeiras. Ele diz que a possibilidade de corrupção já faz parte do planejamento de risco das companhias. Fryklund diz que o corte de investimentos pelas empresas de petróleo, devido à queda na cotação do produto, vai contribuir de forma significativa para que o mundo enfrente déficit de produção de 30 milhões de barris por dia em 2040.